Capítulo 10

Museus disciplinares e museus temáticos a busca por novos caminhos

Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, MM., and HEIZER, A., orgs. *Colecionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Ciência & Sociedade collection. ISBN 978-85-7879-079-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

10.

**Museus disciplinares e museus temáticos
a busca por novos caminhos**

Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha¹

A musealização de um campo disciplinar do conhecimento envolve os processos de formação de coleção, de pesquisa, de exposição e de uma rede científica de intercâmbio, que subsidiam o discurso museológico e atuam sob o prisma de permanência e transmissão. Esses mesmos processos ocorrem na musealização de um campo temático, ainda que cada um guarde especificidades próprias decorrentes das relações forjadas historicamente entre ciência, estado e sociedade.

Mesmo incorrendo no risco de ter como parte do objeto de estudo fatos contemporâneos, propomos analisar o processo de formação e a matriz conceitual de dois projetos museológicos concebidos em diferentes momentos no Jardim Botânico do Rio de Janeiro: o Museu Botânico, proposto em 1890, e o Museu do Meio Ambiente, projetado em 2008.

Apesar dos diferentes contextos históricos paradigmáticos, a reflexão sobre as matrizes desses museus possibilitará identificar como a sua construção serviu para a institucionalização tanto das ciências no país a partir de um modelo civilizatório europeu quanto da dimensão social do mundo de vida, onde os temas se apresentam na forma de situações-problemas imbricadas em questões de cunho cognitivo, expressivo e moral. Em ambos os casos, a valorização da idéia de uma nação que tem sua identidade constituída pela diversidade natural surge como pano de fundo, mas que se diferencia em particular no tratamento das questões socioculturais, inicialmente consideradas como algo a ser apa-

1 Museu do Meio Ambiente / JBRJ.
E-mail: luisa@jbrj.gov.br

gado e posteriormente como algo a ser assumido e trabalhado sob a forma representacional e argumentativa.

Nesta reflexão não se trata de buscar modelos ou linhas evolutivas de tipologias de museu, mas de compreendê-los nas suas características singulares e no “lugar” institucional que ocupam a partir de algumas de suas dimensões museológicas como a coleção, a pesquisa, a exposição e o público.

O Projeto do Museu Botânico de 1890

“Estudo da Botânica e em particular da flora brasileira” (BRASIL, 1890, p.1408)

Em 23 de junho de 1890, o então diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, João Barbosa Rodrigues, apresentou por decreto uma nova estrutura regimental para a instituição que refletia o momento histórico e político da consolidação das ciências no país, com a delimitação das fronteiras e aplicações de cada área do conhecimento e suas especializações.

Consubstanciado na missão de estudar a Botânica, Barbosa Rodrigues buscava definir o Jardim como um espaço especializado da Ciência Botânica e, para tal, além de apoiar-se no processo de investigação, criou o Museu Botânico, que passaria a abrigar às coleções científicas e as exposições, essas voltadas a vulgarização do conhecimento científico.

Num primeiro momento, o processo de musealização desta especialidade da ciência ancorava-se na formação de coleções para um público especialista que buscava exemplares para pesquisa e estudo comparativo. No enfoque da permanência, o Museu Botânico teria a função de abrigar um herbário a ser formado das “plantas cultivadas no parque” e um da “flora geral”, além de uma coleção amostras de “madeiras de lei e todos os productos vegetaes”. Todos devidamente descritos, identificados e classificados como exigiam os parâmetros científicos.

Num segundo momento, o Museu Botânico se direcionou para a apresentação não exaustiva das coleções, contemplando o caráter educativo e didático necessário ao processo de transmissão do saber para o público “amador”.

Uma parte do caminho para galgar um “lugar” no “mundo civilizado”² já havia sido percorrida, com a formação de coleções botânicas, que representassem a riqueza da flora do Brasil, e a promoção da “instrução pública” baseada em estimular o espírito científico a partir da observação, estudo e comparação. O incremento de relações sociais e acadêmicas com instituições nacionais e internacionais, e a própria criação do Museu Botânico constituíam parte do processo de adaptação e consolidação de um “lugar” epistêmico, institucional e social para a Ciência Botânica.

Ao implantar uma determinada visão de ciência, educação e público no museu, Barbosa Rodrigues assume algumas posições no panorama das discussões nacionais. Defendendo a instrução pública como instância pedagógica e formadora, através do arranjo sistemático das coleções e sua classificação científica, o então diretor almeja que o público ilustrado - qualificado como botânicos, estudantes e amadores interessados em estudar, descrever e comparar a flora nacional - aprenda a “ordem da natureza”. Nesta visão, o Museu não apenas instruía, mas apresentava a própria “civilização”, com vistas a sua finalidade educadora: a promoção do “processo civilizatório”.

Assim, o Museu representava um determinado “lugar” social e epistêmico, o dos cientistas e sua ciência, uma vez que é nestes locais que a comunidade científica negocia práticas, decisões e métodos. Nessa linha, as premissas de neutralidade dos procedimentos descritivos da natureza e seu ordenamento segundo critérios lógicos de classificação traziam no bojo de seu processo de musealização a exclusão da representação de outros “lugares sociais” com suas demandas e práticas socioculturais.

Os critérios da ciência ao mesmo tempo em que certificavam a qualidade das coleções, definiam a informação disponibilizada e requalificavam o seu público como interessados no estudo da ciência. O “perfeito” alinhamento garantia a apresentação da “verdadeira” estrutura da ciência consolidando e institucionalizando os domínios disciplinares e apagando, se não esmaecendo, a diversidade sociocultural.

A matriz do Museu Botânico pode ser definida como uma abordagem sistemática tanto na representação quanto na organização museológica, na medida em que a museografia evidencia a estrutura da Ciência Botânica e os seus procedimentos taxonômicos na classificação da flora para ser apropriada simbolicamente pelo público. O processo de

2 Como esclarece Neves e Heizer (2004, p.14), “ser civilizado” significava espelhar-se no modelo e nas necessidades dos grandes centros, em particular França e Inglaterra.

musealização termina por dissolver a fronteira entre ciência e natureza pela subordinação da “natureza à ordem sistemática da ciência” (GOMES, 2006, p.108). Configura-se um lugar social, epistêmico e institucional para celebrar uma determinada visão e prática científica, legitimar e profissionalizar o estilo de vida de um segmento da sociedade e projetar no devir a sua musealidade.

Defendendo o levantamento da nossa diversidade vegetal pelos cientistas brasileiros, a epígrafe de Barbosa Rodrigues é um alerta para a necessidade de ancorar institucionalmente a Ciência Botânica, legitimando “a emergência e desdobramento de famílias de questões”³ que possibilitam a agregação paradigmática dos saberes com base nas relações produtivas do fluxo de pesquisa das comunidades e instituições e suas redes de formação e transmissão. Na visão de Gonzalez de Gomez (2003, p.73), as instituições de pesquisa e educação tendem a refletir esta estrutura cognitiva e epistêmica de produção, organizadas e representadas de acordo com áreas e subáreas do conhecimento.

Na nossa perspectiva, os museus, como “expressões institucionais”⁴ das ciências com capacidade de congregar os processos de pesquisa, formação e transmissão, têm o potencial de cumprir uma agenda ampla de consolidação de alguns princípios e saberes paradigmáticos. Não resta dúvida que o projeto do Museu Botânico de 1890 vem em busca dessa potencialidade de musealização de uma área disciplinar especializada de conhecimento.

O projeto do Museu do Meio Ambiente de 2008

“sensibilizar a sociedade para a importância da conservação da biodiversidade e da promoção de formas sustentáveis de relação entre a humanidade e o meio ambiente.” (ROCHA et al, 2007)

Em 18 de novembro de 2008, o presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro⁵, o ambientalista Liszt Vieira, criou

3 Gonzalez de Gomez (2003, p.73) analisa os três principais eixos de integração e avaliação dos conhecimentos, no Brasil e na América latina: o eixo paradigmático, o eixo corporativo e o eixo territorial.

4 Lopes (1997, p.12)

5 Em 1998, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro transformou-se em Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e em 2001, passou a ser uma autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

por decreto regimental o Museu do Meio Ambiente com a atribuição de planejar, promover, coordenar e avaliar a execução das atividades museológicas e museográficas relacionadas às questões ambientais. De um modo similar, o eixo estruturante deste museu também reflete um momento histórico e político de consolidação de agendas nacionais e internacionais, mas agora sobre uma temática transversal que permeia as relações científicas, tecnológicas, produtivas, sociais e culturais.

Ao contrário de institucionalizar estruturas paradigmáticas ou delimitar fronteiras do conhecimento, o Museu do Meio Ambiente se volta para um domínio mais amplo de produção de conhecimento, estruturado a partir de um conjunto de temáticas relacionadas à preservação da vida no planeta ancoradas em “dimensões significativas da vida e do ser social, junto à rede complexa de agentes, relações, atividades, meios e recursos que intervêm em sua realização” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p.73).

Ao direcionar a sua missão para a sociedade e propor a discussão de formas sustentáveis de relação entre a humanidade e o meio ambiente, o recém criado Museu desloca os processos comunicacionais museológicos, ancorados anteriormente no mundo objetivo da ciência, para um mundo social comum, no qual todos os envolvidos podem se tornar participantes, ao menos representacional e argumentativamente, defendendo e criticando as visões e posições apresentadas.

O objetivo do Museu de se constituir em um fórum permanente de discussão das questões ambientais define alguns alinhamentos conceituais de sua matriz. No âmbito educacional, o Museu se direciona para os processos de aprendizagem pautados nas ações de formação científica, social e cultural, a partir de propostas críticas, criativas e investigativas que associem a reflexão do mundo ao questionamento e a sua transformação.

No âmbito epistêmico, a perspectiva ambiental reconfigura o enfoque interdisciplinar, não mais pautado pela delimitação de um objeto de estudo, mas pela complexidade de articulações de novas estruturas conceituais que dêem conta de “problemas” que se mostram transversais a ciência, ao estado e a sociedade.

Por isso mesmo, a complexidade e transversalidade da temática do museu demanda ampliar o campo de discussão contemplando aspectos cognitivos, estéticos e morais, em função do caráter plural da formação nos espaços comunicacionais, onde controvérsias e negociações culturais ocorrem entre os diversos públicos.

No âmbito comunicacional, exibir espacialmente as relações e articulações a respeito de um “problema ambiental” demanda uma nova cartografia de saberes, que a despeito de ter ações impulsionadas pelos princípios paradigmáticos e corporativos, ancora-se em um princípio territorial⁶. Como afirma Gonzalez de Gomez (2003, p.73), nesse tecido semântico-territorial a ciência e a tecnologia têm seus princípios reformulados conforme “famílias de problemas”.

Com uma matriz direcionada para a interação social, os espaços comunicativos das exposições tornam-se os articuladores das diferentes visões e “jogos de linguagem”⁷ acerca das questões emergentes na esfera ambiental, de forma que a compreensão e o conhecimento estejam coordenados socialmente e condicionados e mediados pela experiência histórica. Um “lugar” social de compartilhamento de saberes e práticas socioculturais, historicamente determinadas, reformula a organização e apresentação da informação, agora referenciada situacionalmente, articulando os diferentes atores, discursos e ações evidenciando o contexto, o tempo e o lugar de onde se originaram.

Na nossa perspectiva, o processo de musealização da temática meio ambiente ancora-se na articulação de fluxos de comunicativos gerados a partir de suportes institucionais configurados pelos programas museológicos de caráter educativo, expositivo, acervo e divulgação científica, que objetivam o adensamento da reflexão sobre as questões ambientais. A formação de redes colaborativas de intercâmbio de informação adquire maior relevância e pertinência frente às dinâmicas e provisórias atualizações do conhecimento sobre o Meio Ambiente.

A formação de coleções científicas sobre a biodiversidade brasileira encontra no Instituto de Pesquisa Jardim Botânico o seu “lugar” institucional. Enquanto, os suportes e linguagens audiovisuais, característicos do mundo contemporâneo, encontram no Museu do Meio Ambiente o seu tempo e lugar, espaço para permanência e transmissão por diversas formas, meios e processos.

A dissociação entre os critérios que classificam e organizam o conhecimento desses dois espaços institucionais espelha a separação entre coleção e exposição, iniciada com as teorias sintéticas da ciência, e aqui revivida, na sua radicalidade, com a organização e representação do conhecimento institucional. Contudo, não podemos esquecer que

6 Território: local onde se produz as relações sociais e simbólicas (AUGÉ, 2006, p.107)

7 Wittgenstein (1979, §23, p.18).

os museus tendem também a refletir na sua organização as concepções de “ciência” e de “natureza” vigentes nas diferentes épocas, em particular, aquelas que assumem o papel hegemônico entre as comunidades. Assim, a emergência e urgência da temática ambiental têm reconfigurado às agendas políticas, científicas, sociais e culturais, pautando tanto as discussões quanto as ações de pesquisa, cada vez mais colaborativas e interdisciplinares.

Ao propor a implantação de um Museu do Meio Ambiente, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico sinaliza, de forma semelhante a 1890, para a importância de assegurar um “lugar” institucional para a temática ambiental, motivo pelo qual propõe a sua musealização. Se em 1890, o botânico Barbosa Rodrigues propõe um Museu Botânico, em 2007, o presidente da instituição, que têm sua vida pautada pelo compromisso com o meio ambiente, cria um Museu do Meio Ambiente. Ambas as ações apontam para a influência das características biográficas de seus dirigentes nos rumos da instituição.

Entretanto, o lugar institucional escolhido – o Museu do Meio Ambiente – não se definiu mais por estruturas cognitivas e epistêmicas, mas por feixes relacionais associados a um tema, que aposta na configuração de um “lugar” social pautado na pluralidade de concepções de mundo e formas de vida como princípio de adensamento de fluxos de comunicação entre ciência, estado e sociedade, estimulado pela participação pública na discussão ambiental.

Defendendo a importância da conservação da biodiversidade e sustentabilidade da relação humanidade e meio ambiente, a epígrafe aponta para a necessidade de transformação de conceitos, valores e procedimentos que embasem uma nova concepção de mundo. Apesar de distantes neste novo caminho a percorrer, a dimensão pragmática permite redefinir as práticas de comunicação museológicas na direção de pressupostos compartilhados a partir dos quais podemos tematizar o mundo e confrontar os nossos valores e normas a luz das expressões culturais do outro.

Referências bibliográficas

AUGÉ, MARC. Sobre modernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã. In: MORAES, Denis de (Org). *Sociedade mediatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 99-118.

BRASIL. Decreto 23 de junho de 1890. Reorganiza o Jardim Botânico. Lex: *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.

GOMES, Helder. *Missão Botânica - Transnatural*: [Catalogo da Exposição]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ciência da Informação*. Brasília: v.32, n.1, p.60 - 77, 2003.

HEIZER, A. L.; NEVES, M. S. *A Ordem é o Progresso*. O Brasil de 1870 a 1910. São Paulo: ATUAL Editora, 2004.

LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Huittec, 1997, 369 p., p.297.

ROCHA, L. M. G. M.; MACHADO, Carmen; HEIZER, Alda; PADUA, Jose Augusto. *Relatório para implantação do Museu do Meio Ambiente*. 2007

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 222 p.